



Bancos credores: situação brasileira não justifica nenhuma dramatização.

Os meios financeiros europeus estão convencidos de que o Brasil obteve a prorrogação das linhas de crédito de curto prazo por 140 dias principalmente porque os 700 bancos credores e o próprio FMI estimam que a atual situação brasileira não justifica nenhuma dramatização.

Esse resultado faz com que o País passe a ser considerado como a melhor ilustração de uma "verdadeira paciência bancária", tal como a definiu recentemente o presidente do Bundesbank, que preconizou a estratégia de "esperar sem se preocupar demasiadamente" na esperança de que esse novo prazo permitirá ao governo brasileiro não só resolver as dissensões internas na equipe econômica, cada vez maiores, mas também concluir até meados de outubro, como espera o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, um novo acordo com o Fundo Monetário.

O ministro da Fazenda aproveitou ontem uma brecha de 48 horas em seu programa para uma rápida visita de caráter particular a Veneza, na Itália. Ele devia estar de volta à capital francesa no final da tarde, mas um atraso no voo fez com que ele só desembarcasse à noite. Na véspera, ele próprio havia anunciado que visitaria a Faculdade de Nancy, onde estudou, mas talvez se tenha esquecido de que no mês de agosto, período de férias de verão, as faculdades em toda a França estão fechadas. Talvez, por essa razão, tenha preferido viajar para Veneza à última hora.

Sinal verde

Hoje, Dornelles vai avistar-se com o ministro da Economia da França, Pierre Berégovoy, e com o presidente do Banco da França, Michel Candessus. Este último conhece bem o problema da dívida brasileira, pois antes de assumir esse posto era o diretor do Tesouro da França e presidente do Clube de Paris, tendo presidido as negociações do último reescalonamento da dívida pública do Brasil. À noite, Dornelles volta ao Brasil.

As negociações desenvolvidas pelo ministro em Paris com o diretor-geral do FMI, Jacques de Larosière, contribuíram para desbloquear a situação, pois os bancos aguardavam o sinal verde do Fundo para vencer a resistência de alguns dos 700 bancos.

Dessa forma, essa situação provisória vai perdurar até o dia 17 de janeiro de 1986, mas o Brasil terá garantido o essencial de 5 bilhões de dólares de créditos comerciais e seis bilhões de dólares de linhas interbancárias.

Por outro lado, os credores também ganham beneficiando-se de uma taxa de juros vantajosa, 2,5% acima da libor que só será renegociada em baixa quando da assinatura do acordo de reescalonamento plurianual, isto é, após a conclusão do acerto com o Fundo Monetário.

As divergências

A disputa no interior do governo do presidente José Sarney já chegou à Europa. A imprensa especializada considera que esse sursum poderá servir para resolver as divergências entre Dornelles e Lemgruber, de um lado, e o ministro do Planejamento, João Sayad, e o assessor presidencial, Luís Paulo Rosenberg, do outro, os primeiros pregando uma política mais ortodoxa, enquanto os segundos, mais preocupados com implicações de caráter social e político.

O êxito das negociações desta semana na Europa e nos Estados Unidos, entretanto, deve a não dramatização da situação econômica brasileira e a algumas medidas que agradaram aos credores. Uma delas é a tendência atual que se verifica no governo do Brasil de desestatização parcial da economia. Cita-se a satisfação constatada no próprio Fundo Monetário com o recente anúncio de privatização de 47 empresas públicas que acumularam um déficit global substancial.

Pesadelos

Por outro lado, na área dos bancos comerciais europeus considera-se que a conjuntura atual favorece o Brasil. Nenhuma outra nação superendividada do continente latino-americano foi tão favorecida com a queda do preço do petróleo.

O matutino econômico Les Echos lembra também que Brasília pretende obter um excedente comercial de 12 bilhões de dólares, meta que poderá ser alcançada, a não ser que medidas protecionistas sejam adotadas pelos Estados Unidos nos últimos meses do ano. Além disso, o País dispõe de confortáveis reservas, 8,5 bilhões de dólares. Tudo isso faz com que o serviço da dívida, 12 bilhões de dólares este ano, não provoque verdadeiros pesadelos junto a seus principais credores.

De qualquer forma, apesar desses aspectos favoráveis, ninguém alimenta grandes ilusões quanto às difíceis negociações que serão desenvolvidas com o Fundo Monetário, cujas exigências serão significativas. Além de novos cortes do déficit público, o FMI não abre mão do monitoramento semestral da economia brasileira, o que as autoridades brasileiras vêm rejeitando sistematicamente.

Realí Júnior, de Paris.

Peru suspende pagamentos e não quer ouvir FMI

O novo governo peruano confirmou ontem: não vai mesmo negociar com o FMI nas bases atuais e irá suspender o pagamento de sua dívida externa até janeiro de 86. A partir daí, disse o ministro da Economia, Luis Alva Castro, só serão utilizados para pagar os débitos cerca de US\$ 320 milhões por ano, o equivalente a 10% do valor atual das exportações peruanas. "Nossas dívidas pendentes mais o serviço previsto para os próximos doze meses chegam a US\$ 5,565 bilhões", disse Castro. "Isso representa 170% de nossas exportações este ano. O país não pode pagar uma soma como essa. E preciso encontrar fórmulas mais realistas, rechaçando a intermediação do FMI", concluiu.